TRABALHO SOCIAL COM FAMÍLIA E COMUNIDADES

INFORMAÇÕES GERAIS

APRESENTAÇÃO

O curso de pós-graduação em Trabalho Social com Família e Comunidades oferecer bases teóricas e metodológicas para o efetivo estudo dos trabalhos sociais com famílias e comunidades além, de analisar e compreender a família numa análise de totalidade, família e sociedade. Os componentes curriculares e a abordagem teórico-metodológica deverão considerar a produção acadêmica de ponta da área bem como os fatores externos e internos associados ao Trabalho Social com Família e Comunidades.

OBJETIVO

Promover a formação de especialistas capazes de transmitir informações atualizadas, incluindo a formação ética, o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico, comprometido com sua inserção no processo de desenvolvimento político-cultural e socioeconômico do país, propiciando a formação, em nível de Especialização, profissionais para a atuação na análise, avaliação e formulação (e/ou elaboração de projetos) de Trabalho Social com Família e Comunidades.

METODOLOGIA

Em termos gerais, a metodologia será estruturada e desenvolvida numa dimensão da proposta em EAD, na modalidade online visto que a educação a distância está consubstanciada na concepção de mediação das tecnologias em rede, com atividades a distância em ambientes virtuais de aprendizagens, que embora, acontece fundamentalmente com professores e alunos separados fisicamente no espaço e ou no tempo, mas que se interagem através das tecnologias de comunicação. É importante salientar que a abordagem pedagógica que valorize a aprendizagem colaborativa depende dos professores e dos gestores da educação, que deverão torna-se sensíveis aos projetos criativos e desafiadores. Fornecerá aos alunos conhecimentos para desenvolver competências que possibilitem o desempenho eficiente e eficaz dessas respectivas funções, na perspectiva da gestão estratégica e empreendedora, de maneira a contribuir com o aumento dos padrões de qualidade da educação e com a concretização da função social da escola.

Código	Disciplina	Carga Horária
74	Ética Profissional	30

APRESENTAÇÃO

Conceitos de ética e moral, sua dimensão nos fundamentos ontológicos na vida social e seus rebatimentos na ética profissional. O processo de construção do ethos profissional: valores e implicações no exercício profissional.

OBJETIVO GERAL

Compreender a natureza, importância e possibilidades da Ética profissional na visão social em que vivemos.

OBJETIVO ESPECÍFICO

- Refletir sobre as possibilidades e limites na Ética profissional.
- Compreender as concepções e evolução histórica da Ética profissional.
- Reconhecer a importância da atitude positiva e pró-ativana Ética profissional.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

A ÉTICA E AS QUESTÕES FILOSÓFICAS LEITURA COMPLEMENTAR – TEXTO Nº 01 É A ÉTICA UMA CIÊNCIA? A ÉTICA E A CIDADANIA LEITURA COMPLEMENTAR – TEXTO Nº 02 ÉTICA E DIREITOS HUMANOS A ÉTICA E A EDUCAÇÃO LEITURA COMPLEMENTAR – TEXTO Nº. 03 ÉTICA NA ESCOLA: FAÇA O QUE EU DIGO, MAS NÃO FAÇA O QUE EU FAÇO ÉTICA PROFISSIONAL, O GRANDE DESAFIO NO MERCADO DE TRABALHO LEITURA COMPLEMENTAR – TEXTO N. 04 ÉTICA PROFISSIONAL É COMPROMISSO SOCIAL ESTUDO DE CASOS: ÉTICA PROFISSIONAL CASO 1 - UM GESTOR TEMPERAMENTAL CASO 2 - ÉTICA E CHOQUE CULTURAL NA EMPRESA CASO 3 - RESPEITO PELAS PESSOAS CASO 4 - CONSIDERAÇÕES PROVENIENTES DO COMITÊ DE ÉTICA A URGÊNCIA DE ATITUDES ÉTICAS EM SALA DE AULA

REFERÊNCIA BÁSICA

HUME, David. Investigação sobre o entendimento humano. Tradução André Campos Mesquita. São Paulo: Escala Educacional, 2006.

NALINI, José Renato. Ética Geral e Profissional. 7.ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.

PAIVA, Beatriz Augusto. Algumas considerações sobre ética e valor. In: BONETTI, Dilséa Adeodata et al. (Org.). Serviço social e ética: convite a uma nova práxis. 6.ed. São Paulo.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais – Brasília: MEC/SEF, 1998. 436 p.

CHALITA, Gabriel. Os dez mandamentos da ética. 2 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

CHAUI, Marilena. Convite à Filosofia. São Paulo: Ática, 1997. COMPARATO, Fábio Konder. Ética: direito, moral e religião no mundo moderno. São Paulo: Companhia da Letras, 2006.

DOWBOR, Ladislau. A reprodução social: propostas para um gestão descentralizada. Petrópolis: Vozes, 1999. FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

PERIÓDICOS

BRASIL. Ministério da Educação do. Disponível em: . Acesso em: 10 dez.2011.

4508	**Gestão dos Serviços de Proteção e Atendimento Integral Às Famílias**	**60**

APRESENTAÇÃO

A disciplina de Serviços socioassistenciais de atenção às famílias na proteção social básica, abordada em diversos cursos, destinado principalmente à formação, especialização e atualização de profissionais ligados à Assistência Social, Serviço Social e outros, bem como, professores e estudantes universitários vinculados a estas áreas. O curso pretende traçar as linhas básicas da Atenção às Famílias na Proteção Social Básica: intervenção, legislação e organização dos serviços socioassistenciais; da Assistência Social, dos Serviços Socioassistenciais; da proteção Social; da Proteção Social Especial (PSE); dos Serviços de média e alta complexidade; das tipificação dos serviços socioassistenciais de atenção às famílias; do PAIF; das seguranças afiançadas pela política nacional de assistência social; da Legislação para a assistência e proteção social básica das famílias; da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) 8742/93; da PNAS e da implantação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS); da descentralização Político-Adiministrativa e da Participação Popular na Formulação das Políticas; do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS); do NOB/SUAS, das Portarias, das Instruções Normativas e Operacionais, dos Editais; das Instrução Operacional N° 01/ 2010 – DGSUAS e da Instrução Operacional Conjunta SENARC/SNAS/MDS.

OBJETIVO GERAL

Especializar em serviços socioassistenciais de atenção às famílias na proteção social básica.

OBJETIVO ESPECÍFICO

Analisar os aspectos dos serviços socioassistenciais de atenção às famílias na proteção social básica; Conceituar a complexidade da relação entre os serviços de média complexidade, de alta complexidade e suas tipificação; Relacionar os estudos acerca da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) 8742/93, sua regulamentação e a Política Nacional de Assistência Social (PNAS).

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Atenção às Famílias na Proteção Social Básica: intervenção, legislação e organização dos serviços socioassistenciais; A Assistência Social, os Serviços Socioassistenciais, a Proteção Básica e a Proteção Social Especial às Famílias; Proteção Social; A Assistência Social, os Serviços Socioassistenciais e a Proteção Social Especial (PSE); Serviços de média complexidade; Serviços de alta complexidade; Tipificação dos serviços socioassistenciais de atenção às famílias; Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF; Seguranças afiançadas pela política nacional de assistência social; Acolhida; Quais as diretrizes metodológicas para o Trabalho Social com Famílias do PAIF; Em quais situações haverá a suspensão ou bloqueio do repasse do piso básico fixo; Legislação para a assistência e proteção social básica das famílias; Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) 8742/93: Regulamentação; Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e a implantação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS); A Descentralização Político-Adiministrativa e a Participação Popular Na Formulação das Políticas; O Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS); NOB/SUAS, Portarias, Instruções Normativas e Operacionais, Editais; Instrução Operacional N° 01/ 2010 – DGSUAS; Instrução Operacional Conjunta SENARC/SNAS/MDS Nº 07 de 22 de Novembro de 2010; Instrução Operacional Conjunta SENARC/SNAS/MDS Nº 06 de 29 de Outubro de 2010; Instrução Operacional Conjunta Nº 09/2011/MDS/MEC/MS Brasília, 15 de Abril de 2011; Calendário de condicionalidades do exercício de 2011; Calendário de acompanhamento de educação; Calendário de acompanhamento de saúde; Calendário de acompanhamento de assistência social; Calendário de repercussões e orientações.

REFERÊNCIA BÁSICA

BARROCO, M.L.S. O novo código de ética do assistente social. Serviço Social e Sociedade nº 41, ano XIV. Cortez: São Paulo, 2013. BRASIL. Tipificação nacional dos serviços socioassistenciais. Res. 109/09. DOU 25 de novembro de 2009. Disponível em: . Acesso em: 10 jul. 2017. _____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Orientações Técnicas: Centro de Referência de Assistência Social – CRAS. Serviço de proteção e atendimento integral a família- PAIF segundo a tipificação dos serviços Nacional de serviços socioassistenciais, Brasília: MDS Volume I. _____. Ministério do Desenvolvimento Social. Programas e orientações do MDS para a Assistência Social (2008). Disponível em: . Acesso em: 11 maio. 2018. _____. Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS Anotada/2009. Disponível em: . Acesso em: 12 maio. 2018. COSTA, Newvone Ferreira; SOARES, Mauricio Caetano Matias. O Serviço Social na Teoria e na Prática: Os desafios Contemporâneos. (Org.) UNISUAM. Rio de Janeiro, 2014. MADEIRA, Zelma. Metodologia do Trabalho Social com famílias: um olhar das famílias em movimento. Brasília: 2013. MARTINELLI, M. L; KOUMROUYAN, E. Um novo olhar para a questão dos instrumentais técnicos operativos em serviço social. Serviço Social e Sociedade nº45, ano XV. Cortez: São Paulo, 2014.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

BARROCO, Maria Lúcia Silva; TERRA, Sylvia Helena e Conselho Federal de Serviço Social (Organizador). Código de Ética do/a Assistente Social comentado. São Paulo: Cortez, 2012. BAUMAN, Zigmunt. O mal-estar da pós-modernidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998. _____. Modernidade e Holocausto. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998. BEHRING, Elaine Rossetti. Política Social no Contexto da Crise Capitalista. In: CFESS/ABEPSS. Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. BRASIL. Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional. Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional: 2012/2015. Brasília, DF: CAISAN, 2011. _____. Instrução Operacional Conjunta n. 09/2011/MDS/MEC/MS Brasília, 15 de abril de 2011. Disponível em: . Acesso em: 2 maio 2018. _____. Guia de políticas e programas. Brasília, MDS, 2008. _____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. Guia de Orientação Técnica – SUAS n. 01 – Proteção Social Básica de Assistência Social, Brasília, 2005. _____. Como implantar. Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua. Disponível em: . Acesso em: 2 maio 2018. _____. Comunidades quilombolas (2011). Disponível em: . Acesso em: 2 maio 2018. _____. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 05 de outubro de 1988. _____. Lei n 8.742 de 07 de dezembro de 1993. Lei Orgânica da Assistência Social. _____. Manual de preenchimento do formulário suplementar 1 – vinculação a programas e serviços. Brasília: MDS/SENARC, 2009. _____. MDS/SNAS. Caderno de Orientações Técnicas Gestão do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil no SUAS. Brasília: MDS, 2010. _____. Ministério da Assistência Social. Plano Nacional de Atendimento Integral à Família - PAIF. Brasília: 2003. _____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Norma Operacional Básica - NOB/SUAS, Construindo as bases para a implantação do Sistema Único de Assistência Social. Brasília, julho de 2005. _____. Ministério Do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Orientações técnicas sobre o PAIF: o serviço de proteção e atendimento integral à família-PAIF, segundo a tipificação nacional de serviços socioassistenciais. Vol. 1. Brasília: 2012.

PERIÓDICOS

POTYARA, Amazoneida Pereira. Assistência Social e Democracia no Brasil Contemporâneo. ARTIGO. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Brasília-DF, 2008. Disponível em: . Acesso em: 10 maio 2018.

75	Pesquisa e Educação a Distância	30

APRESENTAÇÃO

A relação do ensino-aprendizagem na ação didática e no contexto da Educação a Distância no Brasil; EAD e a formação profissional; Ambiente virtual / moodle: conceito, funções e uso; Redes Sociais; Letramento Digital; Inclusão digital; Inovação pedagógica a partir do currículo e da sociedade de informação; Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC); As TIC abrindo caminho a um novo paradigma educacional; Cidadania, Ética e Valores Sociais; Pesquisas web.

OBJETIVO GERAL

Compreender a natureza, importância e possibilidades da Educação a distância no contexto sócio educacional em que vivemos. Analisar a importância do emprego das novas mídias e tecnologias para a formação profissional.

OBJETIVO ESPECÍFICO

- Refletir sobre as possibilidades e limites da educação a distância (EaD).
- Compreender as concepções de educação a distância de acordo com sua evolução histórica.
- Reconhecer a importância da atitude positiva e proativa do aluno da educação a distância.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

RELAÇÃO DO ENSINO-APRENDIZAGEM NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR (IES) 1. OS PILARES DO ENSINO UNIVERSITÁRIO 2. ESTRATÉGIAS DIDÁTICAS PARA A RELAÇÃO ENSINO-APRENDIZAGEM NAS IES 3. LEI Nº 5.540/68 E AS IES EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA: POSSIBILIDADES PEDAGÓGICAS PARA AS IES 1. PAPEL

DO PROFESSOR FRENTE ÀS TECNOLOGIAS EDUCACIONAIS 2. TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO E OS CURSOS EAD 3. AMBIENTES VIRTUAIS DE APRENDIZAGEM - 3.1 CIBERCULTURA OU CULTURAL DIGITAL - 3.2 O CIBERESPAÇO - 3.3 AS TIC COMO ESPAÇO DE APRENDIZAGEM - 3.4 MOODLE - 3.5 REDES E INTERNET LETRAMENTO E INCLUSÃO DIGITAL 1. INCLUSÃO DIGITAL 2. TIC E NOVOS PARADIGMAS EDUCACIONAIS 3. CIDADANIA, ÉTICA E VALORES SOCIAIS METODOLOGIA CIENTÍFICA 1. A PEQUISA E SEUS ELEMENTOS - 1.1 ETAPAS DA PESQUISA 2. CLASSIFICAÇÃO 3. MÉTODO DE PESQUISA: 4. TIPOS DE DADOS 5. FASES DO PROCESSO METODOLÓGICO 6. PESQUISA E PROCEDIMENTOS ÉTICOS 7. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)

REFERÊNCIA BÁSICA

LEMKE, J. L. Educação, Ciberespaço e Mudança. Em: The Arachnet Electronic Journal on Virtual Culture. 22. 22 de Março de 1993. Vol 1. Nº 1. LÉVY, P. As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática. Rio de Janeiro: Editora 34, 1993. _____. Cibercultura. Rio de Janeiro: Editora 34, 1999.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

LÉVY, P. O que é virtual? Rio de Janeiro: Editora 34, 1996. MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org). Pesquisa Social: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 1994. PAPERT, Saymour. A máquina das crianças: repensando a escola na era da informática. Tradução de Sandra Costa. Porto Alegre, Rio Grande do Sul: Artmed, 1993. RAMAL, Andrea Cecília. Educação na cibercultura – Hipertextualidade, Leitura, Escrita e Aprendizagem. Porto Alegre: Artmed, 2002. RICARDO, Stella Maris Bortoni. O professor pesquisador. Introdução à pesquisa qualitativa. São Paulo: Parábola Editora, 2008.

PERIÓDICOS

LEMKE, J. L. Educação, Ciberespaço e Mudança. Em: The Arachnet Electronic Journal on Virtual Culture. 22. 22 de Março de 1993. Vol 1. Nº 1.

4507	Serviços Socioassistenciais de Atenção Às Famílias na Proteção Social Básica	60

APRESENTAÇÃO

Este Módulo reúne os tópicos da disciplina Gestão dos serviços de proteção e atendimento integral às famílias, em que se pretende traçar as linhas básicas da gestão dos serviços de proteção e atendimento integral às famílias: PNAS, SUAS, CRES, PAIF, CRAS; A gestão territorial no processo de articulação entre os serviços; Esclarecendo as diferenças; Oficinas com famílias no PAIF e grupos do SCFV; Oficina no SCFV; Equipes de referência; Unidades executoras; Unidade executora do PAIF; Fluxo de encaminhamentos de usuários; O trabalho com grupos no PAIF: um diálogo interdisciplinar com a oficina de intervenção psicossocial; A oficina de intervenção psicossocial: uma proposta de articulação; A organização do trabalho com grupos na OIP; O trabalho com grupos na proteção social básica: contribuições a partir da OIP; A formação e os direitos sociais das famílias de diferentes grupos populacionais tradicionais e específicos; Famílias quilombolas; A identificação dos territórios quilombolas; O programa Brasil quilombola (PBQ); Famílias ciganas; Famílias indígenas; Os direitos dos povos indígenas no Brasil e as terras indígenas (TI); Proteção social; A política nacional de assistência social: matricialidade sociofamiliar, descentralização e territorialização; Pessoas em situação de rua; O serviço especializado para pessoas em situação de rua; Programa de erradicação do trabalho infantil (PETI); As principais consequências do trabalho infantil.

OBJETIVO GERAL

Especializar em Gestão dos Serviços de Proteção e Atendimento Integral às Famílias.

OBJETIVO ESPECÍFICO

Analisar os aspectos da gestão dos serviços de proteção e atendimento integral às famílias; Conceituar a complexidade das ações das oficinas com famílias no PAIF e grupos do SCFV, oficinas de esporte, lazer, arte e

cultura, equipes de referência, unidades executoras e fluxo de encaminhamentos de usuários; Relacionar os estudos acerca dos grupos na proteção social básica: contribuições a partir da OIP.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

A gestão dos serviços de proteção e atendimento integral às famílias; Proteção e atendimento integral à família (PAIF); Os serviços de proteção e atendimento integral às famílias: PNAS, SUAS, CRES, PAIF, CRAS; A cartilha PAIF 2016 - articulação necessária na proteção social básica; A gestão territorial no processo de articulação entre os serviços; Esclarecendo as diferenças; Oficinas com famílias no PAIF e grupos do SCFV; Oficina no SCFV; Oficinas de esporte, lazer, arte e cultura (SCFV); Equipes de referência; Unidades executoras; Unidade executora do PAIF; Fluxo de encaminhamentos de usuários; O trabalho com grupos no PAIF: um diálogo interdisciplinar com a oficina de intervenção psicossocial; O PAIF e o trabalho com grupos no território; Um diálogo com a intervenção psicossocial; A pesquisa-ação e o grupo operativo; A oficina de intervenção psicossocial: uma proposta de articulação; A organização do trabalho com grupos na OIP; O trabalho com grupos na proteção social básica: contribuições a partir da OIP; Os formulários do cadastro único e o preenchimento do formulário do PAIF; A formação e os direitos sociais das famílias de diferentes grupos populacionais tradicionais e específicos; Famílias quilombolas; A identificação de origem quilombola; A identificação dos territórios quilombolas; O cadastramento das famílias quilombolas; O programa Brasil quilombola (PBQ); Famílias ciganas; Famílias indígenas; Os direitos dos povos indígenas no Brasil e as terras indígenas (TI); Proteção social; O cadastramento das famílias indígenas; Identificação de famílias de grupos específicos no cadastro único; Política nacional de assistência social: matricialidade sociofamiliar, descentralização e territorialização; Pessoas em situação de rua; O serviço especializado para pessoas em situação de rua; Programa de erradicação do trabalho infantil (PETI); As principais consequências do trabalho infantil.

REFERÊNCIA BÁSICA

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. Disponível em: . Acesso em: 18 abr. 2018. BRASIL. Capacitação: gestores sociais que mudam vidas pelo Brasil. Brasília: MDS, 2009. BRASIL. Desenvolvimento Social. Guia de políticas e programas do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS. Brasília: MDS, 2008. BRASIL. Guia de cadastramento de famílias indígenas. 2 ed. rev. Brasília: MDS/SENARC, 2010. BRASIL. Guia de cadastramento de famílias quilombolas. 2 ed. rev. Brasília: MDS/SENARC, 2010. BRASIL. Guia de cadastramento de pessoas em situação de rua. 2 ed. rev. Brasília: MDS/SENARC, 2010.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

BARROCO, Maria Lúcia Silva; TERRA, Sylvia Helena e Conselho Federal de Serviço Social (Organizador). Código de Ética do/a Assistente Social comentado. São Paulo: Cortez, 2012. BAUMAN, Zigmunt. O mal-estar da pós-modernidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998. BAUMAN, Zygmunt. Modernidade e Holocausto. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998. BEHRING, Elaine Rossetti. Política Social no Contexto da Crise Capitalista. In: CFESS/ABEPSS. Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. BRASIL. Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional. Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional: 2012/2015. Brasília, DF: CAISAN, 2011. BRASIL. Como implantar. Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua. Disponível em: . Acesso em: 18 abr. 2018. BRASIL. Comunidades quilombolas (2011). Disponível em: . Acesso em: 18 abr. 2018. BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 05 de outubro de 1988. BRASIL. Lei n 8.742 de 07 de dezembro de 1993. Lei Orgânica da Assistência Social. BRASIL. Manual de preenchimento do formulário suplementar 1 – vinculação a programas e serviços. Brasília: MDS/SENARC, 2009. BRASIL. MDS/SNAS. Caderno de Orientações Técnicas Gestão do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil no SUAS. Brasília: MDS, 2010.

PERIÓDICOS

BRASIL. Tipificação nacional dos serviços socioassistenciais. Res. 109/09. DOU 25 de novembro de 2009. Disponível em: . Acesso em: 18 abr. 2018.

544	**A Assistência Social, a Educação Popular e Moradores em Situação de Rua**	**30**

APRESENTAÇÃO

Conceito de pobreza; Histórico e perspectivas; princípios orientadores e conceituais; seguridade social, abrangência dos direitos; gestão, financiamento e controle social; análise das políticas setoriais: trabalho e previdência; assistência social; saúde; criança e adolescente; gestão urbana.

OBJETIVO GERAL

Definir a pobreza como a falta de capacidades humanas básicas, refletidas pelo analfabetismo, pela má nutrição, pela mortalidade infantil elevada, pela esperança de vida reduzida, pela falta de acesso a serviços e infraestruturas necessárias para satisfazer necessidades básicas (saneamento básico, água potável, energia, comunicações, ou seja, acesso a bens e serviços de uso coletivos), mais genericamente, pela incapacidade de exercer os direitos de cidadania.

OBJETIVO ESPECÍFICO

Apreender as várias dimensões da pobreza, considerando as especificidades históricas, econômicas, sociais e culturais demanda um grande esforço investigativo; Identificar as populações pobres; Saber as principais fontes de informações sobre as condições de vida da população brasileira, abrangendo temas como demografia e aspectos sociais, habitação, educação, trabalho e rendimento.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

CONCEITO DE POBREZA POBREZA, CONCEITOS E DEFINIÇÕES A RENDA COMO CRITÉRIO ABORDAGEM MULTIDIMENSIONAL AS MEDIDAS DAS NAÇÕES UNIDAS (IDH E IPH) PRINCIPAIS FONTES DE DADOS SEGURIDADE SOCIAL, ABRANGÊNCIA DOS DIREITOS EVOLUÇÃO HISTÓRICA E COMPOSIÇÃO DEFINIÇÃO E NATUREZA JURÍDICA COMPETÊNCIA LEGISLATIVA PRINCÍPIOS INFORMADORES HÁ IGUALDADE NA DESIGUALDADE? ABRANGÊNCIA E LIMITES DAS AÇÕES AFIRMATIVAS POLÍTICAS PÚBLICAS, POLÍTICAS SOCIAIS E POLÍTICAS DE SAÚDE: ALGUMAS QUESTÕES PARA REFLEXÃO E DEBATE PLANEJAMENTO E POLÍTICAS PÚBLICAS

REFERÊNCIA BÁSICA

AMADO, Frederico Augusto Di Trindade. A seguridade social no Brasil. DISPONÍVEL EM www.editorajuspodivm.com.br/.../Pages%20from%20Direito%20Previde...? AUGUSTO, Maria Helena Oliva. POLÍTICAS PÚBLICAS, POLÍTICAS SOCIAIS E POLÍTICAS DE SAÚDE: algumas questões para reflexão e debate In: Tempo Social; Rev. Social. USP, S. Paulo, VOLUME 1(1) ARTIGO. PAUTASSI, Laura C. Há igualdade na desigualdade? Abrangência e limites das ações afirmativas In: Sur, Rev. int. direitos human. vol.4 no.6 São Paulo, 2007.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

GOHN, Maria da Gloria. Educação não-formal e cultura política: impactos sobre oassociativismo do terceiro setor. São Paulo, Cortez, 2004.GOVERNADOR VALADARES. Secretaria Municipal de Assistência Social.Diagnostico da população de Governador Valadares em situação de rua. CAETANO, Cristina Salles; FERNANDES, Simone Maria; COSTA, Zilá RaquelPereira. Governador Valadares, dez. de 2016. HALL, Stuart. Identidade cultural na pós-modernidade. Rio de Janeiro: DP&A,2004. MACHADO, Thayse. População em situação de rua e sociedade: Uma relaçãomarcada por preconceito e estigma. 2014. 78 f. Trabalho de Conclusão de Curso(Graduação) - Faculdade de Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina,Florianópolis, 2014. MARX, Karl. O capital. Trad. Reginaldo Sant'anna. Rio de Janeiro: CivilizaçãoBrasileira, 1988

PERIÓDICOS

OLIVEIRA, Régis Borges de. CONCEITOS E PRINCIPAIS MÉTODOS EXISTENTES PARA MENSURAÇÃO DA POBREZA NO BRASIL. Disponível em: www.iica.int/.../brasil/.../Pobreza%20metodologias%20para%20sua%20...?

537	Captação de Recursos na Elaboração de Projetos Sociais	30

APRESENTAÇÃO

Captação de recursos e sustentabilidade: parcerias; cooperação internacional; identificação de fontes financiadoras; a instituição e seus projetos: estatuto, missão, títulos e qualificações; noções básicas de negociação; oficina: negociação de projeto social, marco legal do terceiro setor; lei das OSCIP?s; responsabilidade social corporativa; mix de captação: instrumentos e meios para captar recursos; fontes financiadoras e critérios de financiamento; articulação e consolidação de parcerias; prestação de contas.

OBJETIVO GERAL

Especializar em informações sobre projetos como instrumento de captação de recursos sob o ponto de vista do elaborador e do financiador.

OBJETIVO ESPECÍFICO

Conhecer captação de recursos para o terceiro setor: aspectos jurídicos; Explicar o desafio da sustentabilidade financeira e suas implicações no papel social das organizações da sociedade civil; Identificar fundações e organismos internacionais governo.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

CAPTAÇÃO DE RECURSOS: EMPRESA JUNIOR ACHIEVEMENT PRINCÍPIOS GERAIS PARA A CAPTAÇÃO DE RECURSOS PLANO DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS ETAPAS DA CAPTAÇÃO DE RECURSOS ESTRATÉGIAS PARA CAPTAÇÃO DE RECURSOS NA JUNIOR ACHIEVEMENT CAPTAÇÃO DE RECURSOS PARA O TERCEIRO SETOR:ASPECTOS JURÍDICOS ASSOCIAÇÕES E O CÓDIGO CIVIL CAPTAÇÃO DE RECURSOS DA INICIATIVA PRIVADA ATIVIDADES DE GERAÇÃO DE RENDA FUNDAÇÕES E ORGANISMOS INTERNACIONAIS GOVERNO RECURSOS HUMANOS VOLUNTÁRIOS O DESAFIO DA SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA E SUAS IMPLICAÇÕES NO PAPEL SOCIAL DAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL A EXPANSÃO DO TERCEIRO SETOR NO BRASIL E SUAS IMPLICAÇÕES PARA A LEGITIMIDADE E SUSTENTABILIDADE DAS OSCS PROFISSIONALIZAÇÃO PARA SUSTENTABILIDADE OU AUTO-SUSTENTABILIDADE? ALGUMAS REFLEXÕES FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL COMO MEIO PARA SUSTENTABILIDADE SUSTENTABILIDADE: DESAFIO DEMOCRÁTICO SUSTENTABILIDADE: ALGUNS AVANÇOS CONCEITUAIS

REFERÊNCIA BÁSICA

ARMANI, Domingos. O Desenvolvimento Institucional como Condição de Sustentabilidade das ONGs no Brasil. In: Aids e Sustentabilidade – Sobre as Ações das Organizações da Sociedade Civil. Brasília: Ministério da Saúde, Série C. nº 45, 2001, p.17-33. _____. Parceiros Relutantes? Governo e Organizações Voluntárias na Grã-Bretanha. Porto Alegre: Mimeo, 1996. ARMANI, Domingos & González, Roberto. Desafios ao Desenvolvimento Institucional na Rede PAD. Porto Alegre: PAD, 2000.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

FOWLER, Alan. Striking a Balance – A Guide to Enhancing the Effectiveness of Non- Governmental Organisations in International Development. London: Earthscan, 1997. LANDIM, Leilah .As Organizações Sem Fins Lucrativos no Brasil – Ocupações, Despesas e Recursos. Projeto Comparativo Internacional sobre o Setor Sem Fins Lucrativos, The Johns Hopkins University/ISER. Rio de Janeiro: Nau, 1999. VALDERRAMA, Mariano. El Fortalecimiento Institucional y los Acelerados Cambios en las ONG Latinoamericanas. ALOP, CEPES, 1998.

PERIÓDICOS

IÓRIO, Cecília. Mobilização de Recursos – Algumas Idéias para Debate. In: Aids e Sustentabilidade – Sobre as Ações das Organizações da Sociedade Civil. Brasília: Ministério da Saúde, Série C. nº 45, 2001, p. 53-57.

547	O Serviço Social no Brasil	30

APRESENTAÇÃO

Políticas Sociais; A Saúde e a Assistência Social; Serviço Social nas redes públicas; Saúde no Brasil; Assistência Social no Brasil.

OBJETIVO GERAL

Conhecer o conceito de seguridade social e sua conformação no Brasil.

OBJETIVO ESPECÍFICO

Explicar o projeto de reforma tributária no congresso e sua implicação para a seguridade social; Identificar a constituição federal de 1988; Diferenciar serviço social, cultura política e humanização.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

SEGURIDADE SOCIAL: REDEFININDO O ALCANCE DA CIDADANIA A SEGURIDADE SOCIAL NO CONTEXTO DA CONSTITUINTO O CONCEITO DE SEGURIDADE SOCIAL E SUA CONFORMAÇÃO NO BRASIL A TRAJETÓRIA INCOMPLETA O ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL: CONCEITUAÇÃO E INSTITUCIONALIDADE EM VISTA DO PROJETO DE REFORMA TRIBUTÁRIA DIREITOS SOCIAIS ASSOCIADOS A DEVERES FISCAIS A DIMENSÃO ECONÔMICA DO ORÇAMENTO DA SEGURIDADE O PROJETO DE REFORMA TRIBUTÁRIA NO CONGRESSO E SUA IMPLICAÇÃO PARA A SEGURIDADE SOCIAL CONQUISTAS, DESAFIOS E PERSPECTIVAS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL NO BRASIL VINTE ANOS APÓS A PROMULGAÇÃO DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 EVOLUÇÃO HISTÓRICO-INSTITUCIONAL DO SISTEMA PREVIDENCIÁRIO BRASILEIRO ANTECEDENTES CONSTITUCIONAIS A CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 AS REFORMAS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL A CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 E A INCLUSÃO PREVIDENCIÁRIA A POLÍTICA NACIONAL DE HUMANIZAÇÃO DO SUS E O SERVIÇO SOCIAL OS ANTECEDENTES A HUMANIZAÇÃO COMO POLÍTICA NACIONAL NA ÁREA DA SAÚDE SERVIÇO SOCIAL, CULTURA POLÍTICA E HUMANIZAÇÃO FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL E A PRÁTICA COM FAMÍLIAS SERVIÇO SOCIAL E FAMÍLIA: UMA RELAÇÃO QUE ATRAVESSA SÉCULOS OS NOVOS ARRANJOS FAMILIARES E AS DEMANDAS PARA O SERVIÇO SOCIAL O TRABALHO COM FAMÍLIAS E A FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL

REFERÊNCIA BÁSICA

GENTILLI, Raquel de Matos L. Representações e Práticas: identidade e processo de trabalho no Serviço Social. São Paulo: Veras Ed, 1998. IAMAMOTO, Marilda V. O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional. São Paulo: Cortez, 2006. _____, Marilda V. Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche: Capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2008.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

BAPTISTA, Myrian Veras. A Ação Profissional no Cotidiano. In: MARTINELLI, Maria Lúcia. (Orgs) O uno e o múltiplo nas relações entre as áreas do saber. São Paulo: Cortez, 2001. pg 111-121. BELLINI, Maria Isabel Barros. O serviço social e abordagem com famílias: algumas especificidades. Porto Alegre. PUCRS, 1992. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande d Sul, 1992. _____, Maria Isabel Barros. Arqueologia da violência familiar. Porto Alegre.PUCRS,2002.Tese de Doutorado, Faculdade de Serviço Social, PUCRS,2002. BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Curitiba: Juruá, 2006. CFESS; ABEPSS; CEAD; UnB. Capacitação em serviço social e política social. Brasília: CFESS, 1999. FALEIROS, Vicente de Paula. Metodologia e ideologia do trabalho social. São Paulo: Cortez, 1997.

PERIÓDICOS

CRESS. Coletânea de Leis: Revista ampliada. Porto Alegre: 2005.

442	Programa de Saúde da Família	30

APRESENTAÇÃO

Políticas de saúde: origens, processo de elaboração, implementação e gestão do Programa Saúde da Família.

OBJETIVO GERAL

Avaliação e monitoramento da qualidade na PSF e reforçar o papel da residência como medida privilegiada para a qualificação dos profissionais de saúde na atenção primária.

OBJETIVO ESPECÍFICO

Estudar e opinar sobre as vantagens e desvantagens do PSF no sistema de saúde brasileiro; Refletir a visão sobre o Programa de Saúde da Família vem mudando com o passar do tempo, desde crítica a seu caráter focalizado até sua consideração como ação afirmativa; Investigar o perfil de utilização destes serviços pelo conjunto da população cadastrada, prevalecendo a opção por inquéritos de usuários de Unidades de Saúde da Família (USF).

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AVALIAÇÃO PARA MELHORIA DA QUALIDADE DA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA E A QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA NO BRASIL: UM ENFOQUE SOBRE SEUS PRESSUPOSTOS BÁSICOS, OPERACIONALIZAÇÃO E VANTAGENS RETROSPECTIVA HISTÓRICA DO PERÍODO QUE ANTECEDEU O PSF OS PRESSUPOSTOS BÁSICOS DO PSF AS ESTRATÉGIAS PARA A OPERACIONALIZAÇÃO DO PSF OS DIFERENTES MODELOS DE IMPLANTAÇÃO DO PSF OS FACILITADORES E DIFICULTADORES DA IMPLANTAÇÃO DO PSF VANTAGENS (E DESVANTAGENS) DO PSF CONSIDERAÇÕES SOBRE O PROGRAMA DE SAÚDE DA FAMÍLIA E A PROMOÇÃO DE MAIOR EQUIDADE NA POLÍTICA DE SAÚDE UTILIZAÇÃO DO PROGRAMA DE SAÚDE DA FAMÍLIA EM REGIÕES METROPOLITANAS: ABORDAGEM METODOLÓGICA

REFERÊNCIA BÁSICA

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde/Departamento de Atenção Básica. Proposta de estruturação de atenção básica. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2000. _____. Ministério da Saúde. Gestão municipal de saúde: leis, normas e portarias atuais. Rio de Janeiro: Ministério da Saúde, 2001. _____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Avaliação para melhoria da qualidade da Estratégia Saúde da Família. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2005. STARFIELD, Barbara. Atenção primária: equilíbrio entre necessidades de saúde, serviço e tecnologia. Brasília, DF: Unesco; Ministério da Saúde, 2002.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

ALMEIDA, C. et al. A reforma sanitária brasileira: em busca da equidade. Washington, DC: OPS, 1999. (Tecnical Papers, 17). BRANDÃO, C.R. Em campo aberto: escritos sobre a educação e a cultura popular. São Paulo, Cortez, 1995. p.89. BRASIL Ministério da Saúde. Programa de Saúde da Família. Brasília, COSAC, 1994. BRASIL. Ministério da Saúde. Saúde da família: uma estratégia para a reorientação do modelo assistencial. Brasília, 1997. SISSON, M. C. Avaliação da implantação do Programa de Saúde da Família no Programa Docente-Assistencial de Florianópolis. 2002. Tese (Doutorado em Ciências) - Faculdade de Medicina, Departamento de Medicina Preventiva, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

PERIÓDICOS

ALMEIDA, Patty F.; GIOVANELLA, Lígia. Avaliação em Atenção Básica à Saúde no Brasil: mapeamento e análise das pesquisas realizadas e/ou financiadas pelo Ministério da Saúde entre os anos de 2000 e 2006. Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 24, n. 8, p. 1.727-1.742, 2008.

77	Metodologia do Trabalho Científico	60

APRESENTAÇÃO

A natureza do conhecimento e do método científico. Planejamento, organização e sistematização de protocolos de pesquisa. Identificação dos diferentes métodos de investigação científica. Organização do estudo e da atividade acadêmica como condição de pesquisa. A documentação como método de estudo. Estrutura, apresentação e roteiro dos trabalhos acadêmicos. A normatização da ABNT.

OBJETIVO GERAL

Compreender os aspectos teóricos e práticos referentes à elaboração de trabalhos científicos, enfatizando a importância do saber científico no processo de produção do conhecimento.

OBJETIVO ESPECÍFICO

- Utilizar diferentes métodos de estudo e pesquisa;
- Ter capacidade de planejamento e execução de trabalhos científicos;
- Conhecer as etapas formais de elaboração e apresentação de trabalhos científicos;
- Saber usar as Normas Técnicas de Trabalhos Científicos.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. INTRODUÇÃO 2 CONHECIMENTO E SEUS NÍVEIS 2.1 O QUE É CONHECIMENTO? / 2.2 TIPOS DE CONHECIMENTOS 2.3 CONHECIMENTO EMPÍRICO / 2.4 CONHECIMENTO FILOSÓFICO 2.5 CONHECIMENTO TEOLÓGICO / 2.6 CONHECIMENTO CIENTÍFICO 3 CIÊNCIA 3.1 CARACTERÍSTICAS DA CIÊNCIA / 3.2 DIVISÃO DA CIÊNCIA 3.3 ASPECTOS LÓGICOS DA CIÊNCIA / 3.4 CLASSIFICAÇÃO DAS CIÊNCIAS 4 MÉTODO CIENTÍFICO 4.1 MÉTODO CIENTÍFICO E CIÊNCIA / 4.2 MÉTODO DEDUTIVO 4.3 MÉTODO INDUTIVO 5 PROJETO DE PESQUISA 5.1 O QUE OBSERVAR EM PESQUISA / 5.2 TIPOS DE PESQUISA 5.3 PESQUISA EXPLORATÓRIA/ BIBLIOGRÁFICA / 5.4 PESQUISA DESCRITIVA 5.5 PESQUISA EXPERIMENTAL 6 FASES DA PESQUISA 6.1 QUANTO À ESCOLHA DO TEMA / 6.2 HIPÓTESE DE PESQUISA 6.3 OBJETIVO DE PESQUISA / 6.4 ESTUDOS QUANTITATIVOS 6.5 ESTUDOS QUALITATIVOS / 6.6 MÉTODO DE COLETA DE DADOS 6.7 FORMULÁRIO DE COLETA DE DADOS / 6.8 AMOSTRAGEM DE PESQUISA 6.9 ELABORAÇÃO DOS DADOS / 6.10 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS 6.11 RELATÓRIO DE PESQUISA 7 ARTIGO CIENTÍFICO 8 MONOGRAFIA 8.1 ESTRUTURA DA MONOGRAFIA 8.2 DETALHANDO OS ELEMENTOS PRÉ-TEXTUAIS 8.3 ELEMENTOS TEXTUAIS 8.4 REFERÊNCIAS 8.5 APÊNDICE 8.6 ANEXO 9 CITAÇÕES DIRETAS E INDIRETAS CITAÇÕES INDIRETAS OU LIVRES CITAÇÃO DA CITAÇÃO 10 FORMATO DO TRABALHO ACADÊMICO 11 TRABALHOS ACADÊMICOS 11.1 FICHAMENTO 11.2 RESUMO 11.3 RESENHA 12 RECOMENDAÇÕES PARA EVITAR O PLÁGIO

REFERÊNCIA BÁSICA

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. Metodologia científica. 3.ed. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1993.

GALLIANO, A. G. (Org.). O método científico: teoria e prática. São Paulo: Harper &Row do Brasil, 1999.

KOCHE, José Carlos. Fundamento de metodologia científica. 3. ed. Caxias do Sul:UCS; Porto Alegre: EST, 1994.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6022: Informação e documentação — Referências — Elaboração. Rio de Janeiro, 2005.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6027: Informação e documentação — Sumário — Apresentação. Rio de Janeiro, 2005.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 14724: Informação e documentação — Trabalhos acadêmicos — Apresentação. Rio de Janeiro, 2005.

LEHFEL, Neide Aparecida de Souza. Projeto de Pesquisa: propostas metodológicas. Rio de Janeiro: Vozes, 1990.

PERIÓDICOS

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Normas de apresentação tabular. 2003. Disponível em: . Acesso em: 20 jun. 2008.

279	Métodos e Técnicas de Trabalho com a Família	30

APRESENTAÇÃO

Análise da estrutura, organização e interação familiar; O relacionamento familiar no mundo contemporâneo e abordagem comunitária; O trabalho com a família e os métodos, instrumentos e técnicas utilizados; Estratégias profissionais de enfrentamento às questões que envolvem o trabalho com famílias na atualidade; Conhecimento e elaboração de projetos de intervenção social para a família, contemplando diretrizes das políticas públicas.

OBJETIVO GERAL

Discutir a necessidade, a importância, as atribuições e os desafios dos métodos a serem utilizados, visando compreender a atuação na escola, bem como suas contribuições para o desenvolvimento do processo educativo e familiar.

OBJETIVO ESPECÍFICO

Identificar as condicionantes históricas, econômicas e sociais da constituição familiar e suas modificações na sociedade contemporânea; Conhecer os fundamentos teóricos que embasam as diferentes abordagens do trabalho social com famílias; Sistematizar um conjunto de conhecimentos que possibilitem a análise e intervenção em questões emergentes relacionadas à dinâmica familiar.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

FAMÍLIA: SIGNIFICADO, ORIGEM, PAPEL E MODELOS. ORIGEM: UM BREVE HISTÓRICO O PAPEL DA FAMÍLIA MODELOS FAMILIARES CONDIÇÃO FAMILIAR DIANTE DAS TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS A CONSCIENTIZAÇÃO DAS MUDANÇAS E DOS VALORES NA FAMÍLIA CONSTRUINDO FORMAS PARA MELHORAR O RELACIONAMENTO AS DIFICULDADES DA FAMÍLIA EM PRESERVAR AS TRADIÇÕES A REALIDADE DE CADA MODELO DE FAMÍLIA MODELOS DE FAMÍLIAS FAMÍLIA MONOPARENTAL FAMÍLIA MOSAICO OU RECOMPOSTA: LIMITES QUE DEVEM SER IMPOSTOS AOS MEMBROS DA FAMÍLIA FORMA DE APRESENTAR LIMITES / LIMITES COM COERÊNCIA COMO IMPOR LIMITES A POSSIBILIDADE DE UM RELACIONAMENTO SADIO E A MANUTENÇÃO DE LIMITES NA FAMÍLIA A FAMÍLIA COMO PRIMEIRA EDUCADORA / OS LIMITES CAMINHAM LADO A LADO COM A EDUCAÇÃO E A DISCIPLINA / 7.3 UM MAIOR ESPAÇO NA FAMÍLIA PARA O DIÁLOGO É INDISPENSÁVEL A FAMÍLIA E A MODERNIDADE / EVOLUÇÃO PROCESSUAL SEM TRAUMA OS PROBLEMAS NO ESPAÇO ESCOLAR CONFLITO / CONCEITO / VIOLÊNCIA PROPOSTAS QUE PODEM AMENIZAR OS CONFLITOS O PERDÃO OFICINAS E DINÂMICAS ESCOLA DE PAIS A COMUNICAÇÃO NÃO VIOLENTA MEDIAÇÃO CONCEITO VANTAGENS DA MEDIAÇÃO POR QUE A MEDIAÇÃO NA ESCOLA PROGRAMAS CURRICULARES O QUE É INCLUSÃO SOCIAL O PAPEL DA ESCOLA REGULAR NO PROCESSO DE INCLUSÃO A INFLUÊNCIA DO PROFESSOR NO PROCESSO DE INCLUSÃO O PAPEL DA FAMÍLIA NO PROCESSO DE INCLUSÃO SOCIAL A INFLUÊNCIA DA TERAPIA DE FAMÍLIA NO PROCESSO DE INCLUSÃO SOCIAL

REFERÊNCIA BÁSICA

ARIÉS, P. História social da criança e da família. Trad. Dora Flaksman. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986. CERVENY, C. M. de O. A Família como modelo: desconstruindo a patologia. São Paulo: Livro Pleno, 2001. HELLER, Agnes. A

família no estado de bem-estar social. São Paulo: PUC, 1992.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

FELDMAN, Clara; MIRANDA, M.L. Construindo a relação de ajuda. Minas Gerais: Crescer, 1983. MEDINA, C. A. Família e mudança, o familismo numa sociedade arcaica em transformação. Rio de Janeiro: Vozes, 1982. MOUSTAKAS, C. E. Descobrindo o eu e o outro. Minas Gerais: Crescer, 1994. PRADO, Danda. O que é família. São Paulo: Brasiliense, 1981. SOUZA, Anna Maria Nunes. A família e seu espaço: uma proposta de terapia familiar. Rio de Janeiro: Agir, 1984.

PERIÓDICOS

CONTIGIO, Segismundo. A família como instituição natural. Minas Gerais: Boletim Semanal, 1996.

433	Planejamento e Avaliação das Ações de Saúde	60

APRESENTAÇÃO

Analisa a gerência dos serviços de saúde no contexto brasileiro, enfatizando as estratégias administrativas nos diferentes níveis organizativos do sistema de saúde. Aborda teoria das organizações, gestão de pessoas e as práticas gerenciais em saúde. Conceituação e teoria geral do planejamento. Origem e evolução histórica do planejamento na América Latina e no Brasil: do método CENDES-OPAS ao enfoque estratégico. As vertentes do enfoque estratégico: a proposta de Mário Testa, o Planejamento Estratégico Situacional e a Proposta de Medellín. Conceitos básicos e os seus usos na formulação de políticas, planos e programas de saúde. Planejamento e programação em saúde no contexto do SUS. Instrumentos de planejamento como ferramenta da gestão municipal.

OBJETIVO GERAL

Reflexão sobre Planejamento e Avaliação das Ações de Saúde no Brasil.

OBJETIVO ESPECÍFICO

Estudar a teoria geral do planejamento bem como a origem e evolução histórica do planejamento na América Latina e no Brasil; Explicar os conceitos básicos e os seus usos na formulação de políticas públicas e programas de saúde; Entender o funcionamento do sistema de planejamento do SUS.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

CONCEITUAÇÃO E TEORIA GERAL DO PLANEJAMENTO PLANEJAMENTO EM SAÚDE ORIGEM E EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO PLANEJAMENTO NA AMÉRICA LATINA E NO BRASIL: DO MÉTODO CENDES-OPAS AO ENFOQUE ESTRATÉGICO PLANEJAMENTO E GERÊNCIA: AS DUAS FACES DE UMA MESMA MOEDA AS VERTENTES DO ENFOQUE ESTRATÉGICO: A PROPOSTA DE MÁRIO TESTA, O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO SITUACIONAL E A PROPOSTA DE MEDELLÍN AS ORIGENS E AS CORRENTES ATUAIS DO ENFOQUE ESTRATÉGICO EM PLANEJAMENTO DE SAÚDE NA AMÉRICA LATINA CONCEITOS BÁSICOS E OS SEUS USOS NA FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS, PLANOS E PROGRAMAS DE SAÚDE AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS E PROGRAMAS DE SAÚDE: CONTRIBUIÇÕES PARA O DEBATE PLANEJAMENTO E PROGRAMAÇÃO EM SAÚDE NO CONTEXTO DO SUS SISTEMA DE PLANEJAMENTO DO SUS – UMA CONSTRUÇÃO COLETIVA: INSTRUMENTOS BÁSICOS UNIDADE VI - INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO COMO FERRAMENTA DA GESTÃO MUNICIPAL SISTEMA DE PLANEJAMENTO DO SUS: UMA CONSTRUÇÃO COLETIVA: INSTRUMENTOS BÁSICOS

REFERÊNCIA BÁSICA

BORBA, V. Municipalização da saúde: roteiro básico e plano diretor. São Paulo: Cedas. 1993. KOONTZ, H. O’DONNELL, C, WEIHRICH, H. Administração: Organização Planejamento E Controle. 14 Ed. São Paulo; Pioneira 1987. OLIVEIRA, D.P.R. Planejamento Estratégico: Conceitos, Metodologias E Práticas. São Paulo: Atlas, 1989.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

BRASIL. Ministério da Saúde. Oficina de Monitoramento e Avaliação com foco na Melhoria do Programa. Brasília: Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância de Saúde. Programa Nacional de DST/AIDS 2007. CARDOSO, Fernando Henrique. As idéias e seu lugar: ensaios sobre as teorias de desenvolvimento. Petrópolis, Vozes, 1980. CHIAVENATO, I. Administração - Teoria, Processo e Prática, 1ª ed., São Paulo, Ed. McGraw-Hill,1985. MATUS, C. Política, planejamento e governo. Brasília: IPEA,1993. 2 v. _____. Plano Nacional de Saúde. Alguns aportes para sua elaboração. [S.I. s.n.], 2004. Mimeografado. MINTZBERG, H.; AHSLTRAND, B.; LAMPEL, J. Safári de Estratégia. Porto Alegre: Bookman, 2000. 299 p. NEMES FILHO, Alexandre. A unidade básica e o sistema de saúde. In: SCHRAIBER, Lilia Blima et al. (Org.). Saúde do adulto: programas e ações na unidade básica. 2. ed. São Paulo: HUCITEC, 2000. p. 276-286. TANCREDI, Francisco Bernardini et al. Planejamento em saúde. São Paulo: Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, 1998. (Série Saúde & cidadania, 2).

PERIÓDICOS

CIAMPONE, Maria Helena Trench et al. Planejamento na prática da Enfermagem em um hospital de ensino. Revista Escola de Enfermagem da USP, São Paulo, v. 2, n. 3, p. 273-80, out. 1998.

440	Farmácia Popular	30

APRESENTAÇÃO

O que é uma Farmácia básica, os requisitos para adquirir financiamento para implantar, os medicamentos disponíveis, CTF. Gestão da Farmácia Básica e Popular. Legislação.

OBJETIVO GERAL

• Compreender as percepções sobre o sistema único de saúde e de assistência farmacêutica do SUS.

OBJETIVO ESPECÍFICO

• Reconhecer a importância da ampliação o acesso da população aos medicamentos considerados essenciais; • Estudar a PORTARIA GM Nº 749, DE 15/04/09 • Conhecer a legislação de referente ao programa de farmácia popular no Brasil.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA DO SUS O PROGRAMA FARMÁCIA POPULAR DO BRASIL NO CONTEXTO GERAL LEGISLAÇÃO PORTARIA GM Nº 749, DE 15/04/09

REFERÊNCIA BÁSICA

Associação Paulista de Medicina. SUS: O que você precisa saber sobre o Sistema Único de Saúde. São Paulo: Atheneu, 2002. BRASIL. Ministério da Saúde. Fundação Oswaldo Cruz. Programa Farmácia Popular do Brasil: manual básico / Ministério da Saúde, Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2005. FERREIRA, A.O. Guia Prático de Farmácia Magistral. 2.ed., São Paulo: Pharmabooks, 2002. WEICHERT, Marlon Alberto. Saúde e Federação na Constituição Brasileira. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2004.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

BARRETO, J.L. Análise da gestão descentralizada da assistência farmacêutica: um estudo em municípios baianos. 2007. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Federal da Bahia, Salvador. 2007. BARROS, J.A.C. Políticas farmacêuticas: a serviço dos interesses de saúde? Brasília: Unesco, 2004. PERINI, E. Assistência farmacêutica: fundamentos teóricos e conceituais. In: ACÚRCIO, F.A. (Org.). Medicamentos e assistência farmacêutica. Belo Horizonte: COOPMED, 2003. PINHEIRO, R.; CECCIM, R.B.; MATTOS, R.A. (Orgs.). Ensinar saúde: a integralidade nos cursos de graduação na área da saúde. Rio de Janeiro: IMS/UERJ, Cepesq, Abrasco, 2005. PONTES, A.L.M. et al. Ensino da saúde e a rede de cuidados nas experiências de ensino-aprendizagem. In:

PINHEIRO, R.; CECCIM, R.B.; MATTOS, R.A. (Orgs.). Ensinar saúde: a integralidade nos cursos de graduação na área da saúde. Rio de Janeiro: IMS/UERJ, Cepesq, Abrasco, 2005. p.251-74. MARTINS, Sergio Pinto. Direito da Seguridade Social. 28. ed. 2. reimpr. São Paulo: Atlas, 2009.

PERIÓDICOS

VIEIRA, F.S. Qualificação dos serviços farmacêuticos no Brasil: aspectos inconclusos da agenda do Sistema Único de Saúde. Rev. Panam. Saúde Pública, v.24, n.2, p.91-100, 2008.

434	Políticas e Programas de Saúde da Família	60

APRESENTAÇÃO

História das Políticas de Saúde no Brasil; Legislação estruturante, princípios e diretrizes do SUS;Modelos de atenção e cuidados em saúde;Promoção de Saúde; Educação em Saúde. Políticas públicas no campo da saúde coletiva. Debate da contextualização histórica, política e social do sistema de saúde no Brasil. Avanços e desafios do Sistema Único de Saúde (SUS) na promoção da saúde. Apreciação das práticas políticas, institucionais e técnicas na viabilização do modelo de atenção à saúde.

OBJETIVO GERAL

Compreender aspectos relacionados à evolução das políticas públicas de saúde no Brasil fazendo um paralelo com o novo programa hoje vigente no país o Programa Saúde da Família- PSF.

OBJETIVO ESPECÍFICO

Compreender como se deu a evolução das políticas públicas de saúde no Brasil ao longo dos anos; Refletir sobre o surgimento do Programa Saúde da Família; Conhecer a percepção de gestores, profissionais de saúde e usuários a respeito do Programa Saúde da Família.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

POLÍTICAS DE SAÚDE HISTÓRIA DAS POLÍTICAS DE SAÚDE NO BRASIL: UMA PEQUENA REVISÃO PROGRAMAS SAÚDE DA FAMÍLIA PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA: A CONSTRUÇÃO DE UM NOVO MODELO DE ASSISTÊNCIA O PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA SEGUNDO PROFISSIONAIS DE SAÚDE, GESTORES E USUÁRIOS

REFERÊNCIA BÁSICA

CAMPOS GWS. Subjetividade e administração de pessoal: considerações sobre modos de gerenciar o trabalho em equipes de saúde. In: Merhy EE, Onoko R, organizadores. Agir em saúde: um desfio para o público. São Paulo: ucitec; 1997. p.229-66. LUZ M. Medicina e ordem política brasileira. Rio de Janeiro: Graal; 1982. Donnangelo MCF. O desenvolvimento do sistema previdenciário. São Paulo: Pioneira; 1975. CORDEIRO H. O PSF como estratégia de mudança do modelo assistencial do SUS. Cad. Saúde Família. 1996 janeiro-junho; 1:10-5. LEVCOVITZ E, Garrido NG. Saúde da Família: a procura de um modelo anunciado. Cad. Saúde Família, 1996 janeiro-junho; 1:3-8.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

ALBUQUEQUER, Manoel Maurício. Pequena história da formação social brasileira. Rio de Janeiro: Graal, 1981, 728 p. COSTA, Nilson Rosário. Políticas públicas: justiça distributiva e inovação. São Paulo: Hucitec, 1998. 178 COSTA, Elisa Maria Amorim; CARBONE, Maria Herminda. Saúde da Família: Uma abordagem interdisciplinar. Rio de Janeiro: Rubio, 2002. MENDES, Eugenio Vilaça. Uma agenda para a saúde. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 1999. 300p. IYDA, Massako. Cem anos de saúde pública: a cidadania negada. São Paulo: Ed. Unesp, 1994. 147p.

PERIÓDICOS

LUZ M. Notas sobre as políticas de saúde no Brasil de "Transição Democrática" - Anos 80. Saúde em Debate 1991; 32(3):27-3. Ministério da Saúde (BR). Assessoria de comunicação social, ABC do SUS/MS. 2a ed. Brasília (DF): MS;

1991.

20	Trabalho de Conclusão de Curso	30

APRESENTAÇÃO

Orientação específica para o desenvolvimento dos projetos de conclusão de curso. Elaboração e apresentação de trabalho de conclusão de curso.

OBJETIVO GERAL

Pesquisar e dissertar sobre um tema relacionado à sua formação no curso de pós-graduação.

OBJETIVO ESPECÍFICO

- Construir, mediante a orientação de um docente, o Trabalho de Conclusão de Curso tendo em vista a temática escolhida e o cumprimento das etapas necessárias.
- Apresentar e argumentar sobre o referido trabalho.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. DELIMITAÇÃO DA PROBLEMÁTICA, OBJETIVOS E LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO; CONSTRUÇÃO DA MATRIZ ANALÍTICA (PROJETO DE TCC); 2. DEFINIÇÃO E DESCRIÇÃO DA METODOLOGIA A SER EMPREGADA NO ESTUDO; 3. MONTAGEM DO PROJETO DE TCC; 4. APRESENTAÇÃO DO PROJETO; 5. COLETA E ANÁLISE DE DADOS; 6. REDAÇÃO DA DISCUSSÃO DOS RESULTADOS E CONSIDERAÇÕES FINAIS; 7. MONTAGEM FINAL DO TCC; 8. APRESENTAÇÃO DO TCC; 9. AVALIAÇÃO DO TCC; 10. CORREÇÃO E ENTREGA DA VERSÃO FINAL DO TCC.

REFERÊNCIA BÁSICA

DEMO, P. Pesquisa: princípio científico e educativo. 2.ed. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1991.

GIL, A.C. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas, 2008.

MARCONI, Marina de A.; LAKATOS, Eva M. Fundamentos de metodologia científica. São Paulo: ATLAS, 1988.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

KÖCHE, José C. Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e prática da pesquisa. Petrópolis: Vozes, 1997 SÁ, Elizabeth S. (Coord.). Manual de normalização de trabalhos técnicos, científicos e culturais. Petrópolis: Vozes, 1994.

LAVILLE, C.; DIONNE, J. A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Porto Alegre: Artmed, 1999.

PERIÓDICOS

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Normas de apresentação tabular. 2003. Disponível em: . Acesso em: 20 jun. 2008.

Avaliação será processual, onde o aluno obterá aprovação, através de exercícios propostos e, atividades programadas, para posterior. O aproveitamento das atividades realizadas deverá ser igual ou superior a 7,0

(sete) pontos, ou seja, 70% de aproveitamento.

SUA PROFISSÃO NO MERCADO DE TRABALHO

Profissionais graduados em Serviço Social e nas demais áreas do conhecimento, interessados em especializar-se na área do Trabalho Social com Família e Comunidades.